

## A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ENFOQUE PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

SANTOS, C. O dos<sup>1</sup>  
SILVA, M. P<sup>2</sup>



### RESUMO

Conjeturar sobre a complexidade ambiental implica questionar valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas. Isso implica na necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em um ponto de vista integrador. Na Educação Ambiental, as mudanças solicitadas no processo de formação, no sentido da transformação de atitudes e valores, e, conseqüentemente, na prática pedagógica dos professores, parecem ocorrer por meio de um trabalho a médio e longo prazo. Assim este estudo objetiva, considerando a importância da formação em educação ambiental para o exercício da cidadania, levantar uma discussão acerca da importância da formação docente diante da emergência da disseminação da educação ambiental, considerando que as conseqüências desse processo têm obrigado os cidadãos, principalmente os educadores a reconsiderar os atuais modelos e a tomar posições mais críticas e comprometidas no uso, na gestão e na conservação dos recursos naturais. Para alcançar o explicitado fora realizado um levantamento e revisão bibliografia acerca da história da formação professor, da educação ambiental, e da cidadania. Face ao exposto, no processo de educar ambientalmente o professor deve buscar a interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, a dimensão afetiva, a contextualização dos problemas ambientais.

**Palavras-chave:** Cidadania. Educação ambiental. Formação de professores

---

<sup>1</sup> Clêane Oliveira dos Santos, bacharelanda e mestranda em Geografia (NPGeo/UFS). cle.geo@click21.com.br

<sup>2</sup> Marcos Pereira da Silva, mestrando em Geografia (NPGeo/UFS). marpsilva@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O meio ambiente nem sempre teve os sentidos que apresentam atualmente, onde se toma como um ideal que pode possibilitar uma prática educativa específica e orientar políticas públicas. No entanto, estudiosos têm dedicado um significativo interesse que se levanta em decorrência de várias situações de degradação ambiental, a qual de alguma forma corrompe a qualidade de vida da humanidade.

Conjeturar sobre a complexidade ambiental implica questionar valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas. Isso implica na necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em um ponto de vista integrador.

A crescente destruição dos recursos naturais, comprovada por meio de dados e análises apresentados por estudiosos e noticiada pelos mais variados meios de comunicação, passa a ser assunto freqüentemente discutido devido à amplitude de suas conseqüências para a sobrevivência da espécie humana no planeta. Com isso, a educação é citada como um importante instrumento capaz de contribuir com a diminuição dos efeitos devastadores da ação humana.

É nesse contexto que a educação ambiental tem se tornado uma necessidade impreterível. É de se notar que, tanto em âmbito global quanto local, ela tem ganhado visibilidade, sendo considerada um meio de aprendizagem de como gerenciar e melhorar as relações do homem em sociedade com o meio-ambiente de modo integrado. Hoje, muitos são os documentos e movimentos para o enfrentamento da questão.

Dentro deste complexo jogo de ideologias emergi, com grande significado e contribuição, o educador ambiental como ente apaziguador trazendo a tona o caráter pedagógico e, sobretudo, político de sua intervenção diante do processo de formação de cidadãos (CARVALHO, 2006).

Assim este estudo objetiva, considerando a importância da formação em educação ambiental para o exercício da cidadania, levantar uma discussão acerca da importância da formação docente diante da emergência da disseminação da educação ambiental, considerando que as conseqüências desse processo têm obrigado os cidadãos, principalmente os educadores a reconsiderar os atuais modelos e a tomar posições mais críticas e comprometidas no uso, na gestão e na conservação dos recursos naturais

Para alcançar o explicitado fora realizado um levantamento e revisão bibliográfica acerca da história da formação do professor, da educação ambiental, e da cidadania. Para isso, foram realizadas leituras da base teórica, e elaboração de resenhas, resumos e discussões em grupo que condicionaram esse trabalho.

## 2 A FORMAÇÃO DOCENTE COMO UM PASSO PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3

A formação profissional é um processo pedagógico, ao passo que a pedagogia é arte e ciência da educação e da instrução, ou seja, investiga teorias e práticas da educação numa determinada sociedade. É ainda, esta ciência que submete o processo didático, com finalidades educacionais e sociais, e aponta os conhecimentos teóricos, pelos quais os professores deverão orientar sua maneira pedagógica e didática de atuar na escola.

A didática desde sua origem (Comênio, séc. XII) foi identificada com uma perspectiva normativa e prescritiva de métodos e técnicas de ensinar, que permanece arraigada no imaginário dos professores ainda hoje.

a Didática tem no ensino seu objeto de investigação. Considerá-lo como uma prática educacional em situações historicamente situadas significa examiná-lo nos contextos sociais nos quais se efetiva – nas aulas e demais situações de ensino das diferentes áreas do conhecimento, nas escolas, nos sistemas de ensino, nas culturas, nas sociedades -, estabelecendo-se os nexos entre eles. As novas possibilidades da Didática estão emergindo das investigações sobre o ensino enquanto prática social viva (Pimenta, 1997, p.53).

Didática é uma das áreas da Pedagogia, que investiga os fundamentos, as condições e os modos de realizar a educação por meio do ensino. Sendo este uma ação historicamente situada, a didática se constitui teoria do ensino. Não para criar regras e métodos válidos para qualquer tempo e lugar, mas para ampliar nossa compreensão das demandas que a atividade de ensinar nos coloca, a partir dos saberes acumulados sobre essa questão. E, quem sabe, com eles aprender encontrar respostas, criar novos entendimentos de como proceder à educação nos espaços escolares, campo mais freqüente do trabalho profissional dos professores.

Por sua vez a educação encontra-se encravada na pedagogia, como manifestação humana indispensável para a existência e vigor das sociedades. Ela

engloba processos e práticas educativas que existem em instituições e na sociedade e passam por organizações econômicas, políticas, religiosas, costumes e convivência humana. Como traz CASTANHO (2004, p.69) “(...) a educação é um processo dinâmico e complexo, envolvendo muitas variáveis não controláveis”. Enquanto que LIBÂNEO (2005, p.22) trás o termo, como sendo:

(...) um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento onilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais (LIBÂNEO, 2005, p.22).

Além disso, a educação age de acordo com as práticas educativas, as quais integram com a relação social, uma vez que ela é “*um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades*” (LIBÂNEO, 2005, p. 21).

Essa idéia trás conjuntamente a noção de instrução, como uma referência intelectual de transmissão de conhecimentos, ensino ou doutrina, cuja finalidade é explicar ou esclarecer dúvidas para uso especial. Desta forma, a educação considera como objeto de estudo da pedagogia possui a necessidade de se criar dinâmicas para ensinar.

O conhecimento é o grande capital da humanidade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dele para a inovação tecnológica. Ele é básico para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser vendido ou comprado, mas sim disponibilizado a todos. (GADOTTI, 2000 p. 10)

De acordo com esta necessidade observa-se a inter-relação entre a pedagogia, estudo teórico e prático de processos e técnicas para transmitir a educação. Assim,

“(...)a pedagogia é um campo de conhecimento que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social” (LIBÂNEO,2005, p.24).

A pedagogia é a ciência que instituí o ensino. Esta ação é um conjunto que dirige o trabalho do professor, cujo objetivo é a aprendizagem e a qual é definida por exigências sociais, políticas e ideológicas, ou seja, o ensino é determinado socialmente. O mesmo desenvolve condições, métodos e organizações para a transmissão e assimilação de conhecimentos e melhoramento do intelecto e processos mentais dos alunos, afim de que eles tenham informações críticas dos problemas sociais.

Todo este crescimento inteligível é proporcionado pela ação educativa do professor que, além disso, deverá contribuir para a formação dos cidadãos, como indivíduos capazes de participar das lutas por transformações sociais. Por tudo isto, “*vê-se que a responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois cabem-lhes escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida a consideração dos alunos (...)*” (LIBÂNEO, 2005, p. 22).

O professor com o propósito de conseguir realizar seus objetivos tanto na escola, como na sala de aula, se utiliza de métodos práticos. Para tanto, ele necessita de uma formação teórico-científica e técnico-prática. Nesta última, se inclui a intercessão das bases teóricas da educação e da prática docente, colocando-se o processo de ensinar com a função de descrever e explicar os objetivos, conteúdos, relações e ligações entre o ensino e a aprendizagem. A formação técnico-prática, “*indica princípios, condições e meios de direção do ensino, tendo em vista a aprendizagem, que são comuns ao ensino das diferentes disciplinas de conteúdos específicos.*” (LIBÂNEO, 2005, p. 28).

Em consonância com a formação do professor, seu papel em sala de aula, a utilização ou não de livros ou materiais didáticos, sua participação na escola, são fatores que determinam a ação interessada e integrada desse profissional na vivência social do aluno, como também, torna-o um estimulante para a presença do aluno em sala de aula.

Na reflexão proposta por ALVES (2001), sobre as dimensões necessárias para a formação de um educador, destacam-se as dimensões técnica, política, ética e estética que a competência do educador pode abranger. A dimensão técnica estaria relacionada ao domínio do conhecimento da área, dos recursos para socialização desse conhecimento, domínio dos saberes a ensinar e para ensinar, devendo ser constantemente fertilizada pela determinação consciente dos objetivos e finalidades. A dimensão política, por sua vez, se relacionaria à definição das finalidades da ação pedagógica e do compromisso em alcançá-las. A dimensão ética, considerada mediadora entre as dimensões técnica e política, é traduzida na indagação constante dos fundamentos e o sentido da definição dos conteúdos, dos métodos, dos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos e do bem comum. Por fim, a dimensão estética se vincularia às capacidades de imaginação, de criação e de afetividade. A sensibilidade e a beleza como elementos constituintes do saber e do fazer docente.

Estas dimensões levam ao desenvolvimento de habilidades e competências, pela qual a escola atual é obrigada a se transformar, incorporando um profissional cuja formação tem em sua gênese a reflexão e a ação. Acompanhando as mudanças que

ocorrem na sociedade. Afastando definitivamente o isolamento característico da função docente das práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas.

O modelo clássico de formação docente tem sido revisto, discutindo-se a necessidade de um processo que permita maior participação do professor, como profissional e como pessoa. Dessa forma, o uso de técnicas projetivas pode se constituir em um procedimento útil a ser empregado nas propostas de formação.

Nesse sentido, um programa de formação de professores deve, pois, favorecer-lhes o processo de construção e reconstrução de saberes e práticas em busca de seu desenvolvimento profissional. Na Educação Ambiental, as mudanças solicitadas no processo de formação, no sentido da transformação de atitudes e valores, e, conseqüentemente, na prática pedagógica dos professores, parecem ocorrer por meio de um trabalho a médio e longo prazo.

Esses procedimentos de mudança poderiam ser estimulados, por exemplo, pela fundação dos projetos e programas de educação ambiental do governo federal (Formação de Educadoras(es) Ambientais, Coletivos Educadores, Salas Verdes, entre outros). Isto, em associação com as universidades, escolas, secretarias de educação e demais agências formadoras, na implementação de programas de formação continuada de professores e gestores públicos.

Uma outra alternativa válida diz respeito à realização de um acompanhamento sistemático dos professores pelos pesquisadores das universidades e gestores educacionais na organização de cursos, na formação de pequenos grupos nas escolas (professores, alunos e pessoas da comunidade) e na participação dos professores e gestores nos grupos de pesquisa das universidades. Fato que estimularia discussões sobre a problemática socioambiental e sua inserção nos projetos político-pedagógicos, bem como a reflexão sobre suas práticas nas escolas e ações coletivas nas comunidades, potencializando os processos de mudança requeridos pela educação ambiental.

De acordo com Castro et al (2006, p. 162) *“a Universidade, instituição social e de cultura responsável pela produção de conhecimento e capacitação de pessoal, deve estar na “vanguarda das transformações” [...] e congregar em suas pesquisas a busca de soluções para problemas socioambientais [...]”*.

A necessidade de formação de educadores ambientais decorre da crescente consciência dos problemas ambientais e da importância de os sistemas educacionais buscarem respostas imediatas para essa situação, “cabe, portanto, à Universidade a formação desses educadores” (CASTRO et al 2006, p. 164).

Portanto, a formação do professor é necessária a fim de torná-lo o protagonista principal no processo de instrução e formação do aluno para a vida. Sabe-se, no entanto, que neste meio profissional há pessoas competentes (ou não tão competentes) para ministrar aulas, qualquer que seja a disciplina. Entretanto, não conseguem perceber que o papel dos educadores extrapola conceitos e teorias, regras gramaticais e descrições de paisagens, fatos históricos ou fórmulas matemáticas. Logo, [...] *“a formação de educadores ambientais implica uma reformulação metodológica, conceitual e curricular, ou, ainda, um novo tipo de docente”* (CASTRO et al 2006, p. 164).

7

### **3 A EMERGÊNCIA DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que abarca um conjunto de atores do universo educativo. Nesse sentido, Jacobi (2003) enfatiza que a produção de conhecimento deve necessariamente considerar as inter-relações do meio natural com o social numa perspectiva que coloque em primeiro plano o novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

No âmbito dessa discussão destaca-se a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais e reverter suas causas sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos produzidos pela dinâmica de racionalidade existente, fundada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Nesse sentido, vale destacar que a crítica ambientalista ao modo de vida contemporâneo se difundiu a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, apresentando-se como pressuposto a existência de sustentabilidade social, econômica e ecológica. Estas dimensões especificam a necessidade de tornar conjugada a melhoria nos níveis e qualidade de vida com a preservação ambiental. A maior contribuição dessa abordagem é que, além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela enfatiza a necessidade de inverter a tendência auto destrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi (EUA), em 1977, principia-se um amplo processo em nível global encaminhado para criar as condições que formem uma nova consciência no que diz



respeito ao valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento fundamentado nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade.

As diretrizes de tal conferência reforçam esse aspecto, pois propõe a inclusão no programa de formação de professores a educação ambiental; destaca a importância de se ajudar os professores dos centros de formação ambiental na área de educação ambiental; enfatiza os métodos de se facilitar aos futuros professores uma formação ambiental apropriada à zona urbana ou rural; e conduz a tomada de medidas necessárias para que a formação em educação ambiental esteja ao alcance de todos os professores (CASTRO et al 2006, p. 164).

Na Rio 92 os debates enfatizaram os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, assim como para a melhoria da qualidade de vida. Assim, *“o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global coloca princípios e um plano de ação para educadores ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade”* (JACOBI, P. 194).

Neste ponto, o desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Assim, *“atualmente, o avanço para uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso”* (JACOBI, P. 195)..

Segundo este mesmo autor, o desenvolvimento sustentável somente pode ser entendido como um processo no qual a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração de padrões de consumo, sobretudo, nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, especialmente os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.

Isso implica principalmente a necessidade de estimular uma participação mais ativa da sociedade no debate dos seus destinos, como uma forma de estabelecer um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções. Para tanto é necessário que se criem novos estilos de vida e promovam uma consciência ética que interrogue o atual modelo de desenvolvimento, o qual é marcado pelo caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais.

Segundo Toledo (2000) citado por Sato (2003)



É uma vertente que tenta a conjugação entre a sociedade e a natureza; no diálogo necessário entre os diversos conhecimentos existentes, mergulhando a racionalidade na emoção; na necessidade da compreensão das ciências que estudam as partes, com as ciências que estudam o todo e as suas partes; e, sobretudo no resgate da ética, solidariedade e coletivismo como alternativas possíveis para alcançarmos uma humanidade mais responsável (SADO, 2003).

Contudo, hoje o sentido de educar ambientalmente precisa ir além de sensibilizar a população para o problema, visto que não basta mais apenas conhecer o que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. *“É preciso, portanto, o exercício pleno de nossa cidadania em um processo de conscientização (consciência + ação)”* (GUIMARÃES, 2003, p. 102).

Nesse contexto, Oliveira (2002) elucida que:

Consideramos a tomada de consciência não como uma simples informação dada pela percepção, mas essencialmente uma conceituação. Essa tomada de consciência ocorre quando o indivíduo procura decompor a situação ou o acontecimento em níveis conceituais, em vez de meramente registrar as modificações (p.48).

De acordo com Rio e Oliveira (1996, p. 76), a cidadania *“realiza-se em múltiplos níveis. De imediato, se assinala pela dinâmica de uma prática que se volta para a necessidade constante de escolher entre alternativas a eleger a melhor saída para situações conflitantes ou simplesmente interrogativas”*.

Por sua vez Jacobi (2003, p. 198) enfatiza que:

Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.

A cidadania se alicerça na participação de uma comunidade unida em função de interesses coletivos, no entanto olhar para fora de si, isto é, para o coletivo, supõe apreender causas e conseqüências que formam ou justificam realidades ambientais. Nesse sentido, a dificuldade desta operação conduz ao indivíduo a procura de uma saída mais simples a qual está ligada ao hábito ou a tradição histórica, visto que a participação pressupõe capacidade de produzir informação crítica sobre o cotidiano.

Ainda segundo Jacobi (2003, p. 192):

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma

nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

Seguindo tal lógica, o indivíduo joga para o poder público a responsabilidade de fazer algo em prol do ambiente, embora se exima de responsabilidade e critica sobre a eficiência dessas intervenções. Por outro lado,

Observa-se estranho padrão de ação do poder público que não auxilia o exercício de cidadania, pois confunde o morador proporcionando-lhe uma condição ambiental ilusória e, sobretudo, uma falsa sensação de participação. A intervenção assistencial gratuita e esporádica, o silêncio conivente na permissão de invasão de áreas impróprias para habitação e, por isso, oficialmente reconhecidas como livres, a adesão a uma reivindicação, politicamente lucrativa, mas inadequada às condições físicas locais, transformam a ação do poder público em um obstáculo à organização da população (RIO E OLIVEIRA, 1996, p. 79).

10

Assim, a cidadania aqui se caracteriza pelo aprendizado perceptivo da realidade da vida urbana, ou seja, da leitura que o ser desenvolve no seu cotidiano. Logo, *“na realidade, os desafios perceptivos e suas respostas são os vetores da cidadania, enquanto aprendizagem e exercício. Exercia-se cidadania na medida em que se aprende a ler a cidade, as suas respostas e desafios”* (RIO E OLIVEIRA, 1996, p. 77).

A relação educação e cidadania configura-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. Assim essa educação concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida.

A educação para a cidadania representa a probabilidade de motivar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em possíveis caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Nesse sentido, a educação ambiental deve ser vista como um processo de constante aprendizagem que valoriza os vários modos de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária.

O principal eixo de atuação da educação ambiental deve estar vinculado, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia na finalidade de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

O documento da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Thessaloniki, Grécia (1997), destaca a necessidade de se articularem ações de educação ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação e práticas interdisciplinares.

Trata-se de gerar o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar de forma mais efetiva no processo decisório, como um modo de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental. Dessa forma, *“existe, portanto, a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental”* (JACOBI, P.192).

Gadotti (2000) em “Perspectivas Atuais da Educação” discute o papel da educação na era da informação, também denominada de era do conhecimento. Nos últimos anos, a informação deixou de ser uma área ou especialidade para se tornar uma dimensão de tudo, transformando profundamente a forma como a sociedade se organiza, ocupando todas as dimensões do espaço geográfico e muito mais do ciberespaço.

Cada dia mais pessoas estudam em casa, pois podem, de casa, acessar o ciberespaço da formação e da aprendizagem a distância, buscar “fora” – a informação disponível nas redes de computadores interligados – serviços que respondem às suas demandas de conhecimento. (GADOTTI, 2000 p. 10)

Fato importante em tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, multimídia, internet, a educação para a cidadania representam a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida.

De acordo com Jacobi (2003) a educação ambiental toma cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

Segundo Gadotti (2000),

O tema da sustentabilidade originou-se na economia (“desenvolvimento sustentável”) e na ecologia, para se inserir definitivamente no campo da educação, sintetizada no lema “uma

educação sustentável para a sobrevivência do planeta”. (GADOTTI, 2000 p. 10)

Logo, a educação ambiental assinala para propostas pedagógicas situadas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Dessa forma, propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

12

#### 4 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que há uma inter-relação espontânea entre pedagogia, educação, didática, ensino e atuação do professor, cuja finalidade é fornecer condições e meios para os alunos assimilar conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções. No entanto, tais objetivos somente serão alcançados quando a sociedade e a escola se unirem em função de proporcionar a realidade social dos estudantes vinculada ao ensino.

Além disso, o professor deve refletir sobre sua prática em sala de aula, visto que “(...) a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, o ativismo” (FREIRE, 2005, p. 22). Dessa maneira ao pensar de modo questionador sobre o que ocorre hoje nas aulas de Geografia, o mesmo poderá aperfeiçoar a atividade futura, para que assim a disciplina em questão seja vista com bons olhos pelos alunos e pela sociedade.

Face ao exposto, no processo de educar ambientalmente o professor deve buscar a interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, a dimensão afetiva, a contextualização dos problemas ambientais. Assim, os professores devem estar em sintonia com os pressupostos da educação ambiental, na medida em que difunde a visão holista, a participação e acima de tudo repensa a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

## 5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALARCÃO, Isabel. **Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996.
- ALVES, Nilda (org.) **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL, Lei Nº 9.394 – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 20 de Dezembro de 1996.
- CASTRO ET al. **Universidade, meio ambiente e parâmetros curriculares nacionais**. IN: LOUREIRO, C. F. B (org). Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 157-179.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, Helena C. Callai, Nelva O. Schaffer e Nestor A.Kaercher. **Geografia em Sala de Aula: Práticas e Reflexões**. AGB, Porto Alegre, 1998.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.
- CARVALHO, I. C. de M. **A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica**. IN: LOUREIRO, C. F. B (org). Sociedade e meio ambiente: A educação ambiental em debate. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 53-65.
- CASTANHO, Mª Eugênia. **Os objetivos da educação: Importância e os Fins da Educação**. IN: VEIGA, Ilma P. A. (org.). Repensando a Didática. 22ª ed. (Campinas: Papirus, 2004, p.65-74).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, MOACIR. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec., Apr./June 2000, vol.14, no.2, p.03-11. ISSN 0102-8839.
- GUIMARAES, Mauro. **Sustentabilidade e educação ambiental**. In: CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (orgs.). A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 81-106.
- JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno de Pesquisa**, mar. 2003, nº.118, p.189-206. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2008.
- PIMENTA, S. LIMA, M.L. **A Didática na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2004 – (Coleção docência em formação. Séries saberes pedagógicos).

OLIVEIRA, Livia de. **Ainda sobre percepção, cognição e representação na geografia.** In: KOZEL, Saete & MENDONÇA, Francisco (orgs.). Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea. Curitiba: ED. UFPR, 2002, pp.189-196.

\_\_\_\_\_. A percepção da qualidade ambiental. In: **Caderno de Geografia.** Belo Horizonte: PUC, 2002, v. 12, nº.18.

\_\_\_\_\_. O lixo urbano: Um problema de percepção ambiental. IN: **Caderno de Geografia.** PUC, 2002, Vol. 12, nº. 19.

OLIVEIRA, L.; RIO V. de (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: UFSCAR/Estúdio Nobel, 1996, p. 3-22.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental.** In NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.) Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-283.